(fls. 24/29), janeiro/2021 (fls. 30/45), fevereiro/2021 (fls. 46/77), março/2021 (fls. 78/113), abril/2021 (fls. 114/150), maio/2021 (fls. 151/189) e junho/2021 (fls. 190/219), extraídas do Portal da Transparência.

Nesse sentido, alega o denunciante que as contratações violam o art. 37, IX da Constituição Federal; o art. 100, XI, alíneas "a", "b" e "c" da Lei Orgânica do Município e também os artigos 2º e 3º da Lei Municipal 6.059/97, que regulamentam a admissão de servidores temporários no Município de Oriximiná. Isto porque os servidores foram contratados, em sua maioria, para o desenvolvimento de atividades corriqueiras da administração, como auxiliar de serviços gerais, assistente administrativo, vigia, entre outros, de modo que não se verifica o excepcional interesse público nas admissões.

Informa ainda que as contratações são excessivas e ilegais, pois não foram precedidas do obrigatório processo seletivo, bem como porque houve provimento de cargos que sequer existiam na estrutura da administração municipal, a exemplo de técnico em segurança do trabalho, encarregado, auxiliar de pedreiro e encarregado de manutenção.

Assim, demandou o recebimento e processamento da denúncia nos moldes estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 201/67, com a regular instrução, a fim de que seja julgada procedente, culminando na cassação do mandato do prefeito municipal, o Sr. José Willian Siqueira da Fonseca, pela prática de crime de responsabilidade e infração político-administrativa, dispostos nos artigos 1º, XIII e 4º, VII do Decreto-Lei nº 201/67 e no art. 86, XII da Lei Orgânica do Município de Oriximiná, pela contratação de 1.630 (mil seiscentos e trinta) servidores temporários sem processo seletivo e sem a caracterização da situação de excepcional interesse público, violando expressamente o disposto no art. 37, IX da Constituição Federal; art. 100, XII da Lei Orgânica do Município de Oriximiná e arts. 2º e 3º da Lei Municipal nº 6.059/97.

A denúncia foi recebida pelo Presidente da Câmara Municipal (fls. 231) e encaminhada para inclusão em pauta da sessão ordinária do dia 10/08/2021, tendo sido lida integralmente e recebida mediante votação nominal, por 10 (dez) vereadores dentre os 15 (quinze) integrantes do Poder Legislativo, (maioria qualificada), nos moldes prelecionados pelo art. 5º, II do Decreto-Lei nº 201/67.

Na mesma sessão, fora instituída a Comissão Processante para apuração do cometimento de infração político-administrativa pelo denunciado, composta por 03 (três) vereadores sorteados entre os desimpedidos e regulamentada constituída de forma proporcional, pela Resolução nº 03/2021, de 10 de agosto de 2021 (fls. 233/234), a qual foi lida e aprovada pelo Plenário, com posterior publicação (fls. 251).

II - DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL

A Comissão Processante instalou seus trabalhos no dia 11/08/2021 (fls. 237/238), deliberando pela notificação pessoal do denunciado, conforme determina o art. 5º, III do Decreto-Lei nº 201/67, que ocorreu regularmente em 12/08/2021, tendo sido disponibilizada ainda cópia integral dos autos, conforme demonstra o termo de fls. 246/248.

Ademais, a notificação foi regularmente publicada na imprensa oficial, com disponibilização no Diário Oficial dos Municípios - FAMEP em 16/08/2021 (fls. 262/263) e na Imprensa Oficial do Estado do Pará - DOE, em 17/08/2021 (fls. 271/272).

Nesse interim, a Procuradora Geral do Município de Oriximiná, sra. Chaieny da Silva Godinho, protocolou requerimento solicitando vistas e cópia integral dos autos em 17/08/2021 (fl. 266). Na ocasião, lhe foi oportunizada vistas dos autos para conferência da cópia encaminhada em conjunto com a notificação do Prefeito, com supervisão da Diretora Jurídica da Câmara, Lia Fernanda Guimarães Farias, consoante certidão às fls. 267.

Ademais, a Presidente da Comissão Processante deferiu o pedido de cópia integral dos autos mediante despacho (fl. 268), condicionado à regularização da representação legal, com a juntada do instrumento de habilitação.

O denunciado apresentou defesa (fls. 275/297), tempestivamente, em 23/08/2021, requerendo a produção de prova testemunhal, mediante oitiva de 10 (dez) testemunhas arroladas ao final da peça defensiva, sendo estas: ATILA ROBSON MENDES PIMENTEL, NIELSON MAGALHÃES, NALVA MARIA DIAS DOS ANJOS, JANILSON COHEN PARANATINGA, MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR, VALDENICE PRINTES DA SILVA, ROSANGELA GUERREIRO DE SOUZA LEITE, CARLOS AUGUSTO F. BETA, ADEILSON DA COSTA LOPES e LAUDEANO ADEODATO VENANCIO.

Ademais, o acusado anexou à sua defesa cópia simples dos seguintes documentos:

- 1) Ofício nº 174/2021-GAB/PMO, pelo qual foi encaminhado o relatório conclusivo de transição de governo - fls. 299/301;
- 2) Relatório Conclusivo da Comissão Administrativa de Transição Mandato - CATM - Oriximiná 2020/2021 - fls. 302/316;
- 3) Ata de Reunião para início da transição de governo, assinatura de Decreto e nomeação de membros da Comissão Administrativa de Transição de Mandato 2020/2021 - fls. 317/318;
- 4) Ata de Reunião da Comissão Administrativa de Transição de Mandato ocorrida em 03/12/2020 - fls. 319/320;
- 5) Ata de Reunião da Comissão Administrativa de Transição de Mandato ocorrida em 08/12/2020 - fls. 321/322;
- 6) Ata de Reunião da Comissão Administrativa de Transição de Mandato ocorrida em 15/12/2020 - fls. 323/324;
- 7) Ata de Reunião da Comissão Administrativa de Transição de Mandato ocorrida em 29/12/2020 - fls. 325/326;
- 8) E-mail de encaminhamento do relatório conclusivo da Comissão Administrativa de Transição de Mandato ao Ministério Público do Estado do Pará em Oriximiná - fl. 327;
- 9) Ofício nº 259/2021/DRH/SEMAD, da Secretaria Municipal de Administração, emitido em 20/08/2021, informando a contratação de 1.465 (um mil, quatrocentos e sessenta e cinco) servidores temporários, apresentando justificativas e informações - fl. 328/330;

- 10) Relação de servidores referente à junho de 2021 - fl. 331;
- 11) Lei 6.059/97, que dispõe sobre a admissão de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público - fl. 332/336;
- 12) Lei 9.154/2017, que institui o Programa Municipal de Bolsa Estágio e dá outras providências - fls. 337/340;
- 13) Resolução nº 15.745 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, cujo objeto consiste em consulta realizada pela Prefeitura Municipal de Oriximiná, registrada sob o processo de nº 20210078-00 - fls. 351/368;
- 14) Ofício nº 1035/SMS/2021, expedido em 20/08/2021 pela Secretaria Municipal de Saúde, apresentando justificativas e informações para as contratações temporárias realizadas em 2021 - fls. 370/372;
- 15) Anexo 01 do Memorando 056/201 - CVE/SMS, incluindo a síntese dos casos de COVID em Oriximiná - Pará - fl. 373;
- 16) Quadro de vacinação contra a COVID-19 em Oriximiná - fl. 374/376;
- 17) Limites e histórico de cumprimento de limites de gastos com pessoal - fls. 377/379;
- 18) Termo de Ajuste de Conduta firmado entre o Município de Oriximiná e o Ministério Público do Trabalho em 04/07/2018 - fls. 380/385;
- 19) Ata de Audiência de assinatura de TAC entre o Município de Oriximiná e o Ministério Público do Trabalho - fls. 386/387;
- 20) Decreto nº 256/2021, pelo qual foi declarada situação de emergência nas áreas do Município afetadas por inundação - 1.2.1.0.0, conforme IN/MDR nº 36/2020 e Decreto Estadual nº 891/2020 - fls. 388/389;
- 21) Ofício nº 018/2021-CMPDEC, de 16/04/2021, pelo qual a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil encaminhou o Parecer nº 001/2021 ao Prefeito Municipal - fls. 390;
- 22) Parecer Técnico nº 001/2021, relativo à decretação e reconhecimento de situação de emergência no Município de Oriximiná, em razão da cheia do Rio Trombetas - fls. 391/394;
- 23) Publicação do Decreto nº 256/2021 no Diário Oficial dos Municípios - fls. 395/396;
- 24) Publicação do Decreto nº 256/2021 no Diário Oficial do Estado do Pará - fl. 397;
- 25) Portaria nº 879/2021 da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, reconhecendo a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre- FIDE - fl. 398;
- 26) Decreto nº 313/2021, que prorrogou a vigência do Decreto nº 256/2021, por mais 90 dias - fl. 399;
- 27) Lista de serviços - fl. 400;
- 28) Lei 7.301/2020, que dispõe sobre a criação de cargos no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Oriximiná e dá outras providências - fls. 401/402;
- 29) Lei 6.712/2005, que dispõe a criação de cargos no Quadro de Cargos de Provimento Efetivo da Prefeitura Municipal de Oriximiná e dá outras providências - fls. 403/414;
- 30) Ficha Funcional de Alexander de Oliveira Barbosa - fl. 415;
- 31) Ficha Funcional de Ivanael dos Santos Rabelo - fl. 416;
- 32) Ficha Funcional de Abijah Wapixana dos Santos - fl. 417;
- 33) Ficha Funcional de Edinaldo da Silva Printes - fl. 418;
- 34) Ficha Funcional de Alexandre Victor Eleuterio Marinho - fl. 419;
- 35) Ficha Funcional de Rodrigo dos Passos Dias - fl. 420;
- 36) Ficha Funcional de Dejalma do Nascimento Moraes - fl. 421;
- 37) Ficha Funcional de Natan Oliveira de Souza - fl. 422;
- 38) Ficha Funcional de Florenzano Pinto dos Santos - fl. 423;
- 39) Ficha Funcional de Douglas Figueiredo de Souza - fl. 424;
- 40) Ficha Funcional de Ariston Luan da Silva Picanço - fl. 425;
- 41) Ficha Funcional de Philipe Albuquerque da Silva - fl. 426;
- 42) Ficha Funcional de Wallace Dias Balbino - fl. 427;
- 43) Ficha Funcional de Lucas Oliveira Calderaro - fl. 428/430;
- 44) Lista de servidores temporários em Agosto de 2021 - fls. 432/485;
- 45) Lista de contratações de "planilhados" em Dezembro de 2020 - fls. 487/493;
- 46) Planilha de pagamento por serviços prestados - Dezembro de 2020 - fls. 494/600;
- 47) Lista de contratações de "planilhados" em 2016 - fls. 602/615;
- 48) Ofício nº 365/2016-SMAS, de 14/07/2016, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando pagamento de horas extras para as servidoras Cátia Printes do Nascimento, Juliana de Souza Pereira e Regina Célia Bentes Serrão - fl. 616;
- 49) Ofício nº 479/2014-SMAS, de 14 de novembro de 2015, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, solicitando pagamento de horas extras à servidora Rosana Cristina Pinheiro dos Santos - fl. 617;
- 50) Planilha de pagamentos por serviços prestados em Julho de 2016 - fls. 618/624;
- 51) Frequência do mês de outubro de 2016, de Afrancio de Souza Gonçalves - fl. 625;
- 52) Frequência do mês de outubro de 2016, de Carlos Meik Marinho Branco - fl. 626;
- 53) Frequência do mês de outubro de 2016, de Celita Fonseca Lopes - fl. 627;
- 54) Frequência do mês de outubro de 2016, de Cícero Bento de Souza - fl. 628;
- 55) Frequência do mês de outubro de 2016, de Edinaldo Valente Santana - fl. 629;
- 56) Frequência do mês de outubro de 2016, de Hordivam Ferreira Bentes - fl. 630;
- 57) Frequência do mês de outubro de 2016, de Jeone de Oliveira Correa - fl. 631;